

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.867 - PR (2019/0279596-9)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : MURIEL NOGUEIRA DE SOUZA
ADVOGADO : CAIO ROQUE DAS MERCES JARDINI LUIZ - PR073734
RECORRIDO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : LUIZ HENRIQUE BONA TURRA E OUTRO(S) - PR017427

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por **MURIEL NOGUEIRA DE SOUZA**, com base nos arts. 105, II, *b*, da Constituição da República e 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil de 2015, contra acórdão proferido, por unanimidade, pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento de mandado de segurança, assim ementado:

1) DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO DA EMATER (EDITAL Nº 079-2014). CARGO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. NÃO COMPROVAÇÃO DA DESISTÊNCIA DE CANDIDATO MELHOR COLOCADO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

a) O Edital nº 079/2014, que regula o Concurso Público para provimento de vagas para o cargo de Engenheiro Agrônomo da EMATER, previu, para a Região 2 pretendida pelo candidato-Impetrante, 07 (sete) vagas universais, 01 (um) vaga destinada para pessoas com deficiência e 01 (uma) vaga destinada para candidatos afrodescendentes.

b) O Impetrante se classificou na 10ª (décima) colocação geral e 9ª (nona) colocação entre os candidatos às vagas universais, de forma que, inicialmente, fora do número de vagas previsto no Edital, havendo somente mera expectativa de direito.

c) Com a documentação juntada aos autos, comprovou-se a desistência de apenas 01 (um) candidato melhor colocado, permanecendo o Impetrante fora do número de vagas do Edital.

d) A juntada do Resultado da Avaliação Médica do Concurso, da Relação de Vagas Escolhidas ou Atribuídas e de supostas conversas informais entre candidatos do Certame por meio de rede social são insuficientes para, na via estreita do Mandado de Segurança, demonstrar a efetiva desistência de candidato melhor classificado e, subsequente, direito subjetivo à nomeação do impetrante.

Nas razões recursais, alega-se, em síntese:

"O cerne do equívoco levado a efeito pelo colegiado do TJPR é o de que não há indícios de o candidato aprovado em classificação melhor, Sr. PEDRO KODJAOGLANIAN MARTINS, não tenha tomado posse ou desistido do cargo, o que de fato atrairia o direito do recorrente à nomeação.

(...)

Data máxima vênia, o entendimento do órgão colegiado de origem é equivocado, pois desconsidera: a) a afirmação do próprio candidato que não tomou posse (doc. Anexo); b) desconsidera sua ausência no ato de posse (doc. Anexo); c) desconsidera o portal da transparência do Governo do Estado (doc. Anexo); d) desconsidera a aquiescência por parte dos recorridos sobre a desistência do candidato.

Ou seja, há provas robustas que dão por certo a segurança pretendida." (fl. 636/637e)

Com contrarrazões (fls. 1018/1026e), subiram os autos a esta Corte.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 1034/1037e, pelo improvimento do recurso.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com o art. 34, XVIII, *b*, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Extrai-se da decisão impugnada (fl. 494/501e):

Reside a controvérsia, em suma, na existência ou não de direito subjetivo à nomeação do Impetrante ao cargo de Engenheiro Agrônomo na Região 02, em razão de aprovação no Concurso Público da EMATER, regido pelo Edital nº 079/2014.

Sustenta o candidato-Impetrante que o cargo pretendido (Engenheiro Agrônomo) ofertava 09 (nove) vagas na Região 02, tendo sido aprovado na 10ª (décima) colocação. Assevera que, ante a desistência dos 2º (segundo) e 3º (terceiro) colocados, encontra-se atualmente dentro do número de vagas ofertadas, tendo direito subjetivo à nomeação.

No caso, o Impetrante participou do mencionado Concurso Público, visando a aprovação para o cargo de Engenheiro Agrônomo na Região 02. Conforme se infere do Anexo I do Edital nº 079/2014, a Região 02 ofertava 07 (sete) “vagas universais” para o referido cargo (f. 14, mov.1.9). Outras 02 (duas) vagas foram disponibilizadas, sendo 01 (uma) para candidatos afrodescendentes e 01 (uma) para pessoas com deficiência.

Ou seja, apesar de o total de vagas para o cargo de Engenheiro Agrônomo, na Região 02, ser de 09 (nove), verifica-se que a concorrência geral dispunha de apenas 07 (sete) vagas, sendo as outras duas destinadas a pessoas com deficiência e afrodescendentes.

O Impetrante se classificou na 10ª (décima) posição geral para o cargo pretendido (Anexo I do Edital nº 148/2014 - f. 05, mov. 1.10), sendo que em 8º (oitavo) se classificou candidato a vaga de pessoa com deficiência e em 9º (nono) se classificou candidato a vaga universal. Assim, inicialmente o Impetrante se encontra fora do número de vagas ofertadas pelo Certame:

(...)

Do Anexo I do Edital nº 178/2014 – Candidatos Convocados (fls. 10/22, mov. 10.2), verifica-se que foram convocados os 07 (sete) primeiros colocados nas vagas universais, além do 1º (primeiro) candidato classificado nas vagas destinadas a afrodescendentes (16º geral) e o 1º (primeiro) colocado classificado na concorrência de pessoas com deficiência (8º geral):

(...)

Ocorre que do Anexo II do Edital nº 276/2014 (f. 37, mov. 10.2), vê-se que o candidato LUIZ GUILHERME LIRA DE ARRUDA, aprovado em 3º (terceiro) lugar e convocado para assumir o cargo, se encontra na lista de desistentes. Assim, surgiu o direito de nomeação para o próximo candidato da lista de aprovados, na ordem de classificação (ELTON JOSÉ PINHEIRO, aprovado na 8ª colocação de vagas universais e 9ª colocação geral).

Dessa forma, figura o ora Impetrante (aprovado na 9ª colocação de vagas universais e 10ª colocação geral) como próximo na lista de aprovados, sendo que havendo desistência de candidato durante o prazo

do Concurso, teria ele direito de ser nomeado.

*Apesar de argumentar que seu direito à nomeação surgiu com a desistência do 3º (terceiro) colocado, PEDRO KODJAOGLANIAN MARTINS MOLINA, **nos autos, não há comprovação de tal alegação.***

O Anexo I, do Edital nº 276/2014 – Resultado de Avaliação Médica dos Candidatos Aprovados contém a relação dos candidatos considerados aptos nessa Etapa, e dentre eles, encontra-se PEDRO KODJAOGLANIAN MARTINS MOLINA (f. 39, mov. 10.2).

Portanto, evidente que a intenção do candidato, ao realizar Avaliação Médica, é, ao menos inicialmente, de ocupar o cargo para qual foi aprovado.

Igualmente, o Anexo Único do Edital nº 017/2016 – Relação de Vagas Escolhidas ou Atribuídas (fls. 27/36, mov. 10.2), juntado pelo próprio Impetrante, demonstra que PEDRO KODJAOGLANIAN MARTINS MOLINA foi convocado para assumir a vaga na região do Município de Bandeirantes.

E, não há qualquer indício ou documento que comprove a desistência da vaga pelo referido candidato.

Por fim, as supostas conversas de "facebook" entre candidatos (fls. 23/26, mov. 10.2) são insuficientes para comprovar a alegada desistência do 3º (terceiro) colocado e, conseqüente, surgimento de direito subjetivo à nomeação do Impetrante. Ressalte-se, ainda, que as telas de conversas foram juntadas aos autos sem a observância de qualquer formalidade legal que pudessem lhe conferir força "probandi" como é o caso de registro em ata notarial.

Além disso, considerando que a nomeação foi pleiteada através da via estreita do Mandado de Segurança, deveria o candidato-Impetrante ter juntado, com a inicial, todos os documentos suportando sua causa, em especial prova da desclassificação ou desistência dos candidatos melhores classificados. Registre-se, não cabe dilação probatória no trâmite da presente demanda (destaques meus).

Não comprovado, por meio de documentos oficiais, que a nomeação do candidato melhor classificado foi tornada sem efeito, não há como se concluir pelo direito pleiteado.

Da análise das razões recursais, não se constata argumentos relevantes e suficientes para alterar a conclusão alcançada pelo Tribunal de origem, razão pela qual o acórdão recorrido merece ser mantido seus próprios fundamentos.

Posto isso, com fundamento no art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 34, XVIII, *b*, do Regimento Interno desta Corte, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Ordinário.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intím-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora